

# OS DIVERSOS SENTIDOS DA CIDADE SUSTENTÁVEL

## DIFFERENT SENSES OF THE SUSTAINABLE CITY

Lara Barreira de  
Vasconcelos

Centro Universitário  
Fametro (UNIFAMETRO)

### RESUMO

**Introdução:** A sustentabilidade urbana é um tema bastante discutido na contemporaneidade. Observa-se que esse tema vem sendo utilizado com sentidos e objetivos diferentes ao longo da história, nesse sentido faz-se relevante compreender melhor o contexto de surgimento do termo, os diversos sentidos que vem sendo atribuindo a “cidade sustentável” e as implicações de seus diversos significados. Pois aquelas práticas que se legitimem como sustentáveis serão entendidas como compatíveis com a qualidade futura postulada como desejável. **Objetivo:** Realizar um debate teórico sobre os diversos sentidos da cidade sustentável e suas implicações. **Métodos:** O método utilizado foi a revisão bibliográfica analítica. **Resultados:** Como resultado foi percebido que os diversos sentidos da cidade sustentável podem ser resumidos em três linhas principais que foram sistematizadas pelo teórico Henri Acselrad, são eles: a representação técnica material das cidades (racionalidade ecoenergética), a cidade como um espaço de qualidade de vida (noção de urbanidade, cidadania e patrimônio) e a cidade como um espaço de legitimação das políticas urbanas (eficiência e promoção da equidade pelo poder público). **Conclusão/Considerações finais:** A compreensão de todos esses sentidos e práticas relacionadas a cidade sustentável nos coloca em uma posição analítica de que deve haver uma indissociabilidade entre a sustentabilidade econômica e ecológica com a promoção da inclusão e equidade social nos ambientes urbanos. Um caminho desejável para avançar nos diversos sentidos da sustentabilidade passaria pela inclusão da população nos processos decisórios.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade urbana. Desenvolvimento sustentável. Revisão bibliográfica.

### ABSTRACT

**Introduction:** Urban sustainability is a topic much discussed today. It is observed that this term has been used with different meanings and objectives throughout history, in this sense it is relevant to better understand the context of the term's emergence, the different meanings that have been attributed to the “sustainable city” and the implications of its various meanings. This because those practices that legitimate themselves as sustainable will be understood as compatible with the future quality postulated as desirable. **Objective:** To conduct a theoretical debate on the different meanings of the sustainable city and its implications. **Methods:** The method used was the analytical bibliographic review. **Results:** As a result, it was realized that the different meanings of the sustainable city can be summarized in three main lines that were systematized by the theorist Henri Acselrad, they are: the material technical representation of cities (eco-energetic rationality), the city as a quality of life space (notion of urbanity, citizenship and heritage) and the city as a space for the legitimation of urban policies (efficiency and promotion of equity by the public authorities). **Conclusion:** Understanding all these senses and practices related to the sustainable city puts us in an analytical position that there must be an inseparability between economic and ecological sustainability with the promotion of inclusion and social equity in urban environments. A desirable path to advance in the different directions of sustainability would be to include the population in decision-making processes.

**Keywords:** Urban sustainability. Sustainable development. Bibliographic review.

Resumo expandido  
premiado como melhor  
Comunicação Oral da área  
de Ciências Humanas e  
Sociais e 1º lugar no I  
Encontro de Experiências  
Docentes da CONEXÃO  
Unifametro 2020.

## 1 INTRODUÇÃO

O conceito de sustentabilidade surgiu como uma crítica propositiva ao modelo moderno do crescimento sem limites, desconsiderando a capacidade de suporte dos recursos naturais existentes. Quando de sua origem, o conceito de sustentabilidade estava relacionado primordialmente às questões ambientais frente à exploração da sociedade capitalista industrial. Somente em abordagens mais contemporâneas, as questões da justiça social e da equidade ganham espaço de destaque, propondo um conceito mais abrangente denominado “responsabilidade socioambiental”.

Esse movimento questionador do modelo de produção e desenvolvimento moderno de caráter fortemente industrial se inicia no final da década e 1960, começo da década de 1970 a partir dos primeiros indícios das mudanças climáticas e da crise do petróleo. Em 1968, um grupo internacional de intelectuais constitui o chamado Clube de Roma, o qual, em 1972, viria a publicar uma forte crítica ao modelo econômico dos países industrializados. Elaborado por uma equipe do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), sob encomenda do referido Clube de Roma, o relatório intitulado “Os limites do crescimento” trouxe à tona a necessidade de associar a natureza ao desenvolvimento econômico. A publicação pioneira vendeu mais de trinta milhões de cópias, em trinta idiomas, tornando-se o livro sobre meio ambiente mais vendido da história.

A publicação alarmante colocou a questão no centro das discussões da ONU (Organização das Nações Unidas), que, no mesmo ano de 1972, promoveu a “Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente” em Estocolmo. Na ocasião, foi constatada a necessidade da criação do PNUMA (Programa das nações Unidas para Meio Ambiente). Uma outra conferência, realizada em 1984, deu origem à CMMAD (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento), com objetivo de criar uma agenda global para

mudança de postura global em relação ao meio ambiente. Em 1987, um relatório intitulado “Nosso Futuro Comum” foi publicado pela primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundland como resultado dos trabalhos dessa comissão. Foi nesse relatório que o termo “desenvolvimento sustentável”, tão difundido até os dias atuais, foi definido pela primeira vez. A Sra. Brundland definiu desenvolvimento sustentável como “aquele que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas necessidades e aspirações”. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 09 *apud* COMPANS, 2009, p. 121)

Nesse momento inicial, as preocupações e os debates estavam mais diretamente relacionados à questão ambiental e econômica. A constatação da degradação ambiental e das mudanças climáticas provocadas pelo modelo econômico vigente apontava para a necessidade de uma forma de desenvolvimento que minimizasse os danos ambientais. Foi somente na década de 1990 que a questão social passou a ser incluída dentro da noção de desenvolvimento sustentável.

A difundida noção de desenvolvimento sustentável ligada à preocupação com os três pilares – econômico, social e ambiental – surgiu no ano de 1990, idealizada pelo britânico John Elkington, fundador da ONG *SustainableAbility*. O conceito é chamado de Triple Bottom Line ou princípio dos três P’s: *Profit, People, Planet*. (BOOF, p.44, 2012). Outra conferência internacional da ONU de grande relevância histórica ocorreu em 1992, no Rio de Janeiro, tendo ficado conhecida como Eco-92. Esse evento teve grande repercussão nacional e mundial, divulgando e consolidando a necessidade de uma mudança de postura no conceito de desenvolvimento. Um dos produtos mais importantes dessa conferência foi a Agenda 21: um abrangente plano de ação a ser implementado por governos, agências de desenvolvimento, a Organização das Nações Unidas (e suas agênci-

as especializadas) e grupos setoriais independentes em cada área. O mencionado documento representa o primeiro esforço de sistematização de um amplo programa de ação para a transição rumo ao alcance do “desenvolvimento sustentável”.

A agenda 21 confirmou e consolidou a noção de desenvolvimento sustentável ligado a preocupações tanto ambientais como sociais. Três de seus capítulos foram dedicados a questões eminentemente sociais: Capítulo 3 - Combate a Pobreza, Capítulo 6- Proteção e promoção das condições de saúde humana, Capítulo 7- Promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos. Dessa forma, hoje já existe uma clara diferença conceitual entre a abordagem ecológica, que pretende albergar uma responsabilidade e respeito ao meio ambiente; e a abordagem sustentável, entendida como uma postura que almeja integrar o desenvolvimento econômico a uma responsabilidade socioambiental.

Para Leonardo Boff (2012, p.45), o termo “desenvolvimento sustentável” é contraditório e incoerente em seu princípio, pois, segundo ele, desenvolvimento e sustentabilidade atendem a duas lógicas opostas e incompatíveis. Enquanto o desenvolvimento (capitalista) obedece a uma lógica linear, individualista, da acumulação, da exploração da natureza e do homem, gerando profundas desigualdades – riqueza de um lado, pobreza de outro; a lógica da sustentabilidade é circular, holística, incluyente, valoriza a cooperação, a coevolução, a interdependência de todos com todos, busca a o equilíbrio dinâmico dos ecossistemas.

Nesse sentido, na visão do autor, não é possível alcançar a sustentabilidade dentro do atual paradigma de produção e consumo. Argumenta que o principal defeito de todas as definições dos organismos da ONU é colocar o homem acima da natureza, não como parte dela.

Segundo Henri Acselrad (2009, pp.44-45), sustentabilidade é um princípio em evolução, um conceito infinito. “Mas como definir algo que não existe?” (*idem*) E que ao existir será uma construção social passível de

diversas interpretações e práticas que se pretendem legítimas, reivindicando em seu nome? Para o autor, existe uma disputa pela expressão, pois “aquelas práticas que se legitimem como sustentáveis serão entendidas como compatíveis com a qualidade futura postulada como desejável.” (*idem*) Considerando a abordagem de Herri Acselrad, entendemos que o debate sobre sustentabilidade é válido justamente por representar aquilo que será compreendido como positivo para o futuro de nossa sociedade. É preciso colocar em pauta o que será esse “desejável”, buscando uma coerência com o motivo pelo qual todo esse debate se iniciou: a percepção que o modelo atual de desenvolvimento, que visa o crescimento sem limites, colocando o lucro acima de todos os outros valores. Avançaremos mais nessa discussão enfocando nosso objeto de estudo, as cidades. Esse artigo, portanto, pretende fazer uma revisão bibliográfica e aprofundar o debate sobre o tema sustentabilidade urbana.

## 2 METODOLOGIA

A metodologia dessa pesquisa foi a revisão bibliográfica no tema abordado. Em um primeiro momento foi realizado uma investigação acerca do contexto do surgimento do termo “desenvolvimento sustentável”. Em um segundo momento foi desenvolvido uma pesquisa e análise de como o tema da sustentabilidade é tratado em diferentes abordagens no debate urbano. Dessa forma, buscou-se chegar a uma síntese do que seria considerado sustentabilidade urbana na atualidade e suas diversas implicações sobre o modelo de desenvolvimento urbano das cidades brasileiras.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde que se iniciaram os debates acerca do desenvolvimento sustentável nas convenções e eventos internacionais, em grande parte fomentados pela ONU, vem sendo colocado em pauta também o conceito

de “cidades sustentáveis”. A legitimação de políticas urbanas que utilizam o conceito de “cidade sustentável” como instrumento do *marketing city* para promover as cidades no mercado mundial, muitas vezes, tende a acentuar a segregação sócio-espacial. Isso acontece em parte porque o benefício desses investimentos internacionais privilegia predominantemente a classe dominante e as grandes empresas.

A crítica que coloca em cheque a ambientalização das cidades que desconsidera a dimensão social é a percepção de que, na maioria dos casos, a origem da degradação do meio ambiente está diretamente relacionada a questões sociais. No caso brasileiro, essa relação se apresenta muito claramente. Por falta de alternativa do mercado formal, grande parte da população acaba ocupando irregularmente terrenos urbanos para construir suas moradias. Como em Áreas de Proteção Ambiental (APP) não é permitido haver construções licitamente, esses tornam-se, frequentemente, o alvo das ocupações pelas populações excluídas. Trazendo maior gravidade a tal panorama, esses assentamentos raramente chegam a ter saneamento básico e coleta de lixo, piorando ainda mais a situação ambiental e de insalubridade. Esses fatores acabam por impulsionar sérios problemas ambientais através da poluição de corpos hídricos e dos solos.

Para Herri Acselrad (2009, p.54-64), existem três diferentes sentidos aos quais se associa o conceito de ‘cidade sustentável’: a representação técnica material das cidades, a cidade como um espaço de qualidade de vida e a cidade como um espaço de legitimação das políticas urbanas.

### 3.1 A representação técnico-material das cidades – cidades ecológicas

Esse primeiro sentido atribuído à cidade sustentável está relacionado mais diretamente à base física e material das cidades, em grande parte influenciado pelas primeiras conferências internacionais sobre clima e

mudanças climáticas. Conforme registra Dominique Gauzin-Müller (2006, p.34), um dos primeiros a militar a favor da ecologia urbana foi o professor alemão Eckhart Hahn que, em 1987 – mesmo ano de lançamento do relatório “Nosso Futuro Comum” da Sra. Brundland -, publicou sua obra *Ökologische Stadtplanung* (Planejamento Urbano Ecológico). Aprofundou seus estudos através da investigação teórica associada a estudos de caso, lançando, no início dos anos 1990, um informe intitulado *Ökologischer Stadtumbau* (Renovação Urbana Ecológica).

Hoje esse modelo de intervenção sofre intensas críticas de alguns autores (SANCHEZ, 2009; MOURA, 2009; ACSELRAD, 2009) que consideram que essa abordagem supervaloriza a base material das cidades esquecendo a complexidade social urbana. Os projetos de revitalização ou renovação urbana provocam um processo de valorização do espaço urbano aumentando o preço dos terrenos e, em grande parte das vezes, provocando um processo de “gentrificação” ou elitização do espaço. Intencionalmente ou não, esses projetos têm, por vezes, acentuado as desigualdades sociais e territoriais. Não significa dizer que os conceitos ecológicos elaborados para as cidades tinham essa finalidade em sua essência quando foram idealizados. Porém está claro que a mudança da base técnico material das cidades não é suficiente para produzir a “realidade desejável”.

### 3.2 Cidade como espaço da qualidade de vida – urbanidade

Essa abordagem da qualidade de vida resgata sentidos como cidadania, diálogo e patrimônio, tanto material, como imaterial – fortalecimento do sentimento de pertencimento dos habitantes que se relaciona tanto com a estrutura física como com a composição e dinâmica social dos lugares da cidade.

Um conceito que dialoga com esse debate é a noção de urbanidade. A urbanidade está principalmente relacionado a algumas

relações criadas entre os indivíduos e o espaço: o quão as pessoas se sentem seguras (JACOBS, 2009 ; ANDRADE, 2010), o quão se sentem acolhidas pela escala dos lugares (GEHL, 2012) , o quão se sentem à vontade e convidadas a interagir socialmente no espaço (ANDRADE, 2010; JACOBS; 2009) e o quão o espaço público é capaz de promover a convivência passiva ou ativa de pessoas de diversos interesses, idades e origens sociais (HOLANDA, 2010; FIGUEIREDO, 2010).

Alcançar a qualidade dessas relações por sua vez está vinculado a algumas características do espaço urbano. Por exemplo: a existência de espaços livres bem estruturados e acolhedores; a mistura de usos, a proximidade ou facilidade e conforto da realização de deslocamentos entre moradia, trabalho e serviços urbanos essenciais são colocados pela literatura como características que favorecem que esses sentimentos de conforto e bem-estar sejam garantidos nas cidades.

### 3.3 Cidade como espaço de legitimação das políticas urbanas

O último sentido atribuído à “sustentabilidade urbana” abordado nesse texto está relacionado com a capacidade dos governos de atender as necessidades de sua população de forma equilibrada. No panorama urbano brasileiro, onde grande parte das grandes cidades é marcada por uma escandalosa segregação sócio-espacial, caracterizada principalmente pelo contraste entre áreas com infraestrutura e acesso a serviços e outras completamente esquecidas pelo poder público, esse debate ganha especial importância.

Dessa forma, esse aspecto da sustentabilidade coloca em pauta a questão da equidade no plano urbano. Entende que é dever de uma boa governança fornecer boas condições de vida para todos, colocando a provisão de serviços e de infraestruturas urbanas de maneira justa e equilibrada como um quesito fundamental para alcançar a situação desejável de “sustentabilidade urbana”.

Afinal, o que seria então a cidade sustentável? Tentamos colocar até aqui alguns sentidos que a concepção de cidade sustentável possui na atualidade. Não é intenção deste texto, todavia, eleger uma concepção que seja a mais correta ou conceber uma definição fechada. A própria imagem de um “modelo de cidade” seria perigoso e suspeito, tendo em vista que a própria cidade é um fenômeno social em constante mudança. Portanto, o debate sobre a cidade desejável deve ser contínuo. Nada obstante, alguns princípios podem lhe ser norteadores.

O maior desafio de nossa civilização urbano-industrial é o de como transformar uma estratégia de crescimento econômico direcionada contra a maioria pobre da população em um modelo de sustentabilidade baseado no bem-estar humano. (RATTNER, 2009, p.10)

A indissolubilidade entre preocupações de cunho ambiental e de inclusão social sejam talvez o principal elo norteador para uma abordagem contemporânea e coerente da sustentabilidade, tanto no âmbito do planejamento urbano, como em qualquer outra disciplina.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS / CONCLUSÃO

De fundamental importância para concluirmos o que seria a “cidade sustentável” é o resgate do conceito de cuidado essencial proposto por Leonardo Boff. O cuidado essencial proposto por Boff seria o oposto do paradigma da conquista, “quem cuida não se coloca sobre o outro, dominando-o, mas junto dele, convivendo, dando-lhe conforto e paz.” (BOFF, 2012, p.93). Para uma cidade ser realmente sustentável, deve haver um cuidado essencial da gestão urbana para com seus habitantes citadinos e o meio ambiente urbano; além de um cuidado essencial entre os habitantes e o espaço urbano em si.

Um bom caminho para alcançar o cuidado essencial seria promover a participação e o diálogo ente os diversos atores sociais, sobretudo entre poder público e população.

A atitude de escutar e considerar as opiniões e necessidades do outro, em si, já é uma atitude de cuidado. Ao mesmo tempo em que o sentimento de cuidado das pessoas em geral para com o espaço urbano é adquirido quando as pessoas se sentem pertencentes a ele e criam uma relação de afeto com o lugar, promover mecanismos de diálogo e democracia direta eleva as possibilidades de satisfação e sentimento de pertencimento.

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. (org.). **A duração das cidades:** sustentabilidade e risco nas políticas públicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- ANDRADE, L. Onde está a urbanidade: num bairro central de Berlim ou numa favela carioca? *In:* ENANPARQ – ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 1., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: 2010.
- BOFF, L. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. Petrópolis: Vozes, 2012.
- FIGUEIREDO, L. Desurbanismo: um manual rápido de destruição de cidades. *In:* ENANPARQ – ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 1., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: 2010.
- GAUZIN-MULLER, D. **Arquitetura ecológica.** Barcelona: Gustavo Gili, 2006.
- GEHL, J. **Cidade para pessoas.** São Paulo: Perspectiva, 2014.
- JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades.** 2 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- HOLANDA, Frederico. Urbanidade: Arquitetônica e Social. *In:* ENANPARQ – ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 1., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: 2010.
- RATTNER, H. Prefácio. *In:* ACSELRAD, H. (org.). **A duração das cidades:** sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 07-18.
- SANCHEZ, F. A (in)sustentabilidade das cidades vitrine. *In:* ACSELRAD, H. (org) **A duração das cidades:** sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 171-192.